O Brasil no mapa digital e o desafio de não deixar ninguém para trás



» FÁTIMA SOUSA
» VALÉRIA MENDONÇA
Professoras da Universidade de Brasília (UnB)

Com a entrada do Brasil no Digital Nations, fórum de referência em governo digital, ao lado de países como Estônia, Coreia do Sul e Canadá, participaremos mais diretamente das discussões globais sobre serviços públicos digitais, inteligência artificial e inovação no Estado e devemos celebrar mais esta conquista. O GOV.BR já reúne mais de 179 milhões de usuários e oferece mais de 5 mil serviços digitais, enquanto isso, a Rede Nacional de Governo Digital, ampliou sua presença de 163 para cerca de 3 mil municípios brasileiros.

Os números impressionam, mas uma pergunta precisa orientar o próximo passo: como transformar liderança tecnológica em cidadania plena? Digitalizar um serviço não significa, automaticamente, democratizar o acesso a um direito, pois a transformação digital só cumpre sua promessa quando simplifica a vida das pessoas, reduz desigualdades e fortalece a relação entre Estado e sociedade.

Essa reflexão não é nova. Ainda em 2007, a pesquisadora Ana Valéria Machado Mendonça, que também assina este artigo, em sua tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília, intitulada A integração de redes sociais e tecnológicas: análise do processo de comunicação para inclusão digital, já nos orientava que a inclusão digital não se resume à oferta de equipamentos, conexão ou plataformas. A pesquisa analisou o programa Governo Eletrônico — Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) e propôs o processo de comunicação Todos-Todos como eixo central na gestão da informação, tradução do conhecimento e fortalecimento das produções de comunicação para a cidadania.

À época, defendia que as pessoas não podem ser tratadas apenas como receptoras de informações ou usuárias passivas de sistemas, elas precisam participar, produzir conteúdos, compartilhar saberes e influenciar os processos que afetam suas vidas. Inclusão digital exige letramento, educação, mediação, respeito às identidades culturais e fortalecimento das redes comunitárias, uma vez que tecnologia sem participação amplia serviços, mas não garante inclusão.

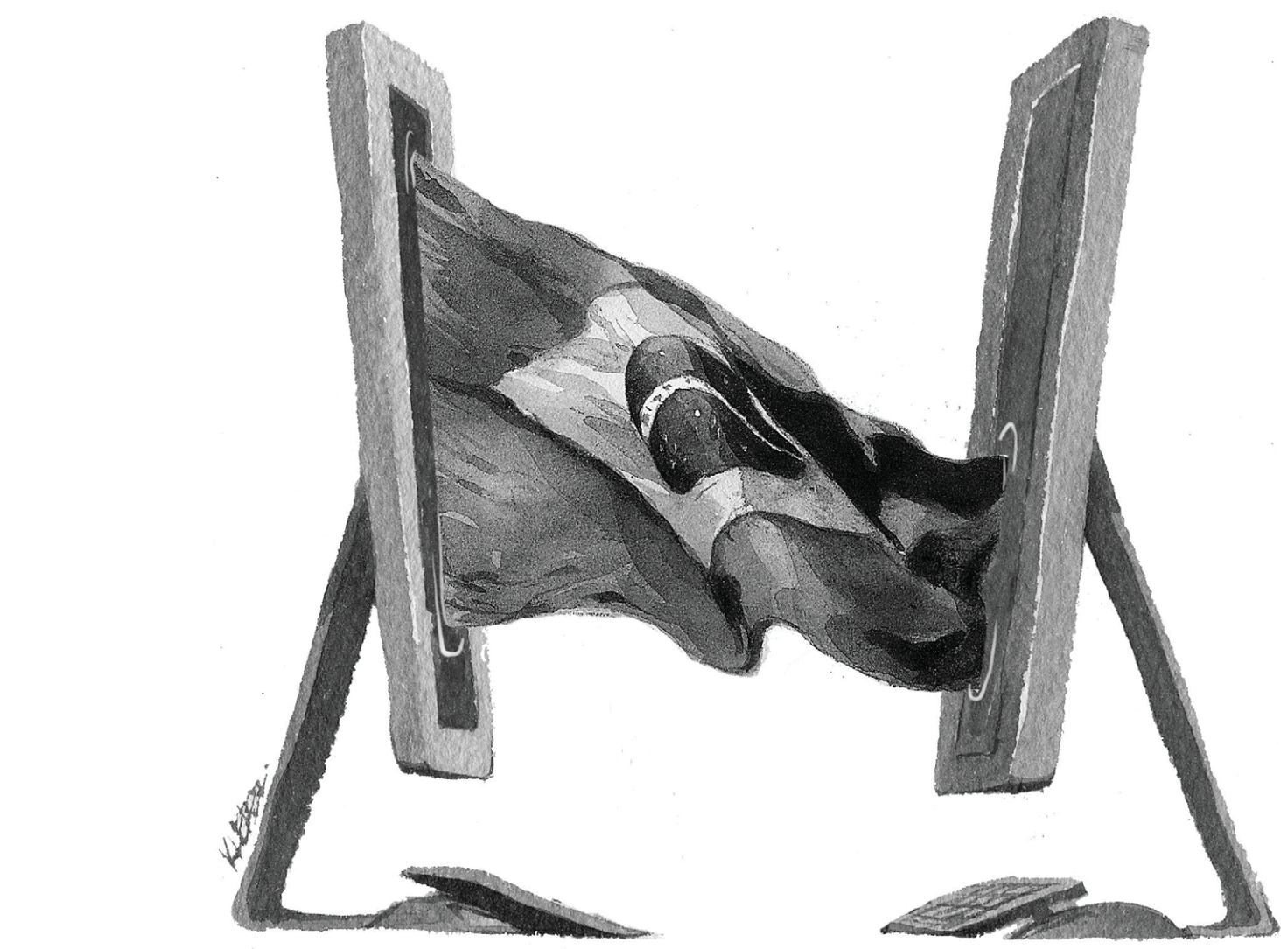
Quase duas décadas depois, essa advertência ganha ainda mais força. O Brasil é um país marcado por desigualdades territoriais, econômicas, educacionais e geracionais em que milhões convivem com conexão instável ou cara, falta de equipamentos, letramento digital ou acessibilidade. Idosos, pessoas com deficiência, populações rurais, comunidades tradicionais e cidadãos com baixa escolaridade encontram barreiras justamente onde deveria haver facilidades. Um aplicativo não pode se transformar em uma nova porta fechada para quem mais precisa do serviço público.

Por isso, governo digital deve combinar canais digitais com atendimento presencial e telefônico, linguagem simples, acessibilidade, segurança e proteção de dados; deve investir em conectividade significativa e formação para o uso crítico das tecnologias, apoiar estados e municípios e reconhecer o papel de escolas, universidades, bibliotecas, unidades de saúde e organizações comunitárias como espaços de inclusão e orientação, nos referimos à cocriação e gestão de processos em que o aprendizado e o uso consciente se dão concomitantemente, mas nunca isoladamente.

Apesar desse cenário promissor, a inteligência artificial também segue como um desafio decisivo no horizonte. Na administração pública, pode qualificar diagnósticos, agilizar processos e aprimorar políticas, mas não pode substituir a responsabilidade da curadoria humana, reproduzir preconceitos ou decidir, sem transparência e possibilidade de contestação, quem terá acesso a um benefício, a uma vaga ou a um atendimento. Dados públicos devem servir ao interesse público e, para isso, exige governança, auditoria, transparência, proteção da privacidade e participação social.

A Estratégia Nacional de Governo Digital nos orienta para um Estado mais inclusivo, eficaz, participativo e transparente. O Digital Nations permite aprender com outras experiências e compartilhar soluções de um país continental e diverso, no entanto, o êxito não deve ser medido apenas pelo número de contas, aplicativos ou serviços disponíveis. Deve ser medido pelo tempo poupado, pelos direitos efetivamente acessados, pelas desigualdades reduzidas e pela confiança que a população deposita nas instituições.

O reconhecimento internacional é um ponto de chegada importante e, sobretudo, um ponto de partida, dando ao Brasil a oportunidade de afirmar uma visão própria de transformação digital democrática, soberana, inclusiva e orientada ao bem comum. Uma tecnologia pública de qualidade não é aquela que apenas funciona para quem já está conectado, mas, sim, aquela que escuta, acolhe e amplia a capacidade de todas as pessoas participarem da vida tecnosocial, permitindo que estejamos dentro dessa transformação.



A encruzilhada de Lula 4: coalizão verde-desenvolvimentista ou estagnação?



» JOSÉ LUIS OREIRO
Professor de economia da Universidade de Brasília (UnB)

O quarto mandato de Luiz Inácio Lula da Silva inicia-se em uma encruzilhada histórica. Após três décadas na armadilha de juros altos e câmbio sobrevalorizado — cristalizada pós-Plano Real —, o Brasil sofreu provavelmente a pior desindustrialização prematura do mundo. A regressão produtiva deslocou trabalhadores para serviços de baixa produtividade e renda, condenando o país à semiestagnação. Para não repetir essa frustração, Lula 4 precisa enfrentar nossos problemas estruturais com mudanças profundas na política macroeconômica e uma nova coalizão política.

O primeiro entrave estrutural é a "doença holandesa", fruto da abundância de recursos naturais que gera vantagens comparativas em commodities. Sob câmbio flutuante sem neutralizar essa falha de mercado, a moeda opera em patamar muito lucrativo para o agronegócio, mas cronicamente sobrevalorizado para a indústria de transformação. Isso gera reprimarização exportadora, sucateamento industrial e devastação ambiental. Como a soja e a pecuária extensiva são muito rentáveis, a fronteira agrícola avança sobre a Amazônia via desmatamento e queimadas ilegais, agravando as emissões de efeito estufa e a crise climática.

O segundo obstáculo é o rentismo e a anomalia dos juros. Manter a Selic sistematicamente acima dos padrões mundiais atrai capital especulativo, aprofunda a sobrevalorização cambial, gera deficits em conta corrente e cria um desequilíbrio fiscal financeiro. Nos últimos dois anos, o setor público transferiu cerca de 8% do PIB ao ano em juros da dívida aos rentistas, levando o investimento público líquido a níveis negativos e asfixiando o crescimento. Essa distorção decorre das assimetrias do Regime de Metas de Inflação — que usa o câmbio apreciado para conter preços — e da alta inércia inflacionária gerada pela indexação de contratos, sobretudo da dívida pública à Selic via Letras Financeiras do Tesouro (LFTs).

Superar esses bloqueios exige substituir a ortodoxia e os limites do social-desenvolvimentismo — que nos primeiros governos petistas estimulou o consumo sem desarmar a armadilha do câmbio e dos juros — por um Novo-Desenvolvimentismo Verde. Para elevar o crescimento do PIB potencial a 4,5% ou 5% ao ano, o país deve ampliar o investimento de menos de 18% para cerca de 25% do PIB, financiado por poupança doméstica de 27% do PIB para evitar fragilidade externa. Para isso, quatro mudanças macroeconômicas são inadiáveis:

Administração da taxa de câmbio: o Banco Central deve manter um câmbio real estável e competitivo, no nível do equilíbrio industrial, permitindo à indústria nacional competir em igualdade no país e no exterior, estimulando a substituição de importações e a exportação de manufaturados.

Neutralização da doença holandesa via imposto de exportação: desvalorizar o câmbio isoladamente elevaria ainda mais o lucro do agronegócio, gerando efeito rebote no desmatamento. É essencial criar um imposto variável sobre a exportação de bens primários. Esse tributo equaliza a rentabilidade entre indústria e agronegócio, estabiliza o preço interno dos alimentos — protegendo o consumo dos trabalhadores — e elimina o incentivo econômico para desmatar a Amazônia por produtores àmargem do agronegócio moderno. Parte da receita pode financiar infraestrutura logística produtiva.

Reforma monetária e desindexação: reduzir estruturalmente os juros exige desindexar contratos na economia, começando pelo fim do uso da Selic como indexador dos títulos públicos. Baixar o gasto com juros para 3,5% a 4% do PIB reduzirá o deficit nominal e abrirá espaço fiscal para investimentos públicos na transição ecológica e na área social.

Novo mix fiscal e distributivo: a transição para um câmbio competitivo reduz temporariamente o salário real, antes que a mudança estrutural gere empregos industriais de maior produtividade e salários no médio prazo. Para compensar esse custo inicial aos trabalhadores, Lula 4 deve adotar tributação fortemente progressiva sobre altas rendas, heranças, grandes propriedades e lucros e dividendos, além de políticas anticíclicas de proteção social.

Essas mudanças não virão só por convencimento técnico; o desenvolvimento é uma construção política deliberada. O sucesso de Lula 4 depende de uma ampla coalizão novo-desenvolvimentista verde, unindo empresários produtivos, trabalhadores urbanos, tecnoburocracia estatal, ambientalistas, cientistas e a classe média esclarecida. As condições para derrotar a aliança liberal-dependente e o rentismo estão postas. Resta saber se Lula terá audácia política para liderar essa reconstrução sustentável. Disso depende o futuro da nossa democracia.

O STF em recuperação judicial



» MELILLO DINIS DO NASCIMENTO
Advogado e analista político

A suprema crise do STF é enorme. Não cabe numa decisão, não termina com um arquivamento e dificilmente será resolvida com discursos sobre a importância das instituições. Instituições são importantes demais para viverem de atestados emitidos por elas mesmas.

O recente encerramento do Inquérito das Fake News, determinado pelo presidente Edson Fachin, acolhendo manifestação da Procuradoria-Geral da República, fecha um procedimento que atravessou mais de sete anos. Não apaga decisões nem encerra automaticamente as ações e investigações autônomas dele decorrentes. Mas reconhece um limite elementar: uma investigação precisa terminar. Até a excepcionalidade deve conhecer a porta de saída.

O Supremo teve papel decisivo na resistência às investidas autoritárias. Isso merece reconhecimento. Não concede, porém, uma imunidade à crítica que permita-nos ignorar os próximos desafios institucionais. Defender a democracia exige respeitar os limites que a tornam democrática. A toga não transforma qualquer excesso em virtude constitucional.

A crise combina concentração de poder, decisões individuais com efeitos nacionais, dificuldade de prestar contas e protagonismo político. Quando cada ministro parece carregar um Supremo no bolso, a colegialidade vira reunião de condomínio: todos têm opinião, poucos aceitam a convenção.

Em 2027, o Senado colocará essa relação no centro da disputa. O impeachment de ministros terá espaço e força política. Mas a disposição para confrontar o tribunal deverá ser maior que a vontade de vingança de muitos políticos. Entre o palanque e o julgamento existem provas, procedimentos e responsabilidades. Pelo menos deveriam existir. O impeachment é instrumento constitucional, não serviço de vingança por assinatura. Usá-lo para intimidar julgadores seria grave. Tratar qualquer discussão sobre responsabilidade de ministros como ataque à democracia também. Independência judicial não é irresponsabilidade institucional. Fiscalização não pode significar submissão. E autonomia não pode significar soberania.

O presidente do STF enfrenta, portanto, um desafio maior que administrar processos. Ele vai ter que reconstruir a confiança da sociedade. Precisará fortalecer o colegiado, reduzir a personalização, cobrar coerência e transformar transparência em prática. A transmissão das sessões mostra o julgamento; não esclarece, sozinha, como o poder é exercido. Uma instituição pode estar permanentemente na televisão e continuar pouco transparente.

Em 1996, organizei o livro *Ética, justiça e direito*: *reflexões sobre a reforma do Judiciário,* publicado pela Editora Vozes (com José Geraldo de Souza Júnior, Plínio de Arruda Sampaio e o Padre José Ernanne Pinheiro). Trinta anos depois, a pergunta continua atual: quem controla democraticamente o poder encarregado de controlar os demais? Maior controle democrático do Judiciário, transparência efetiva e definição de mandatos para os ministros do Supremo são sinônimos de ética e justiça. Com regras gerais e transição responsável, sem reformas feitas sob medida para premiar aliados ou expulsar adversários.

Mandatos não resolverão tudo. A vitaliciedade tampouco resolveu. Nenhum desenho institucional dispensa ética, mas um bom desenho evita que a República dependa exclusivamente das qualidades pessoais de seus ocupantes. Seria ingênuo anunciar o recolhimento do STF à sacristia constitucional. Executivo e Legislativo continuarão a comer o pão que o Judiciário amassa e amassará. Também entregam farinha: omissões, leis malfeitas, disputas terceirizadas e conveniências que só descobrem a separação dos Poderes depois de perder uma ação.

A recuperação judicial do Supremo depende de recuperar a medida do próprio poder. Sua credibilidade não será reconstruída pelo medo que inspira, mas pela confiança que merece. A Constituição não precisa de um proprietário. Precisa de um guardião que também saiba obedecê-la.